

Jerónimo Martins

Exmos. Senhores
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
(CMVM)
Rua Laura Alves, n.º 4
1050-138 LISBOA

Por correio electrónico (financas_sustentaveis@cmvm.pt)

Lisboa, 30 de Abril de 2019

Assunto: Consulta Pública da CMVM sobre Finanças Sustentáveis.

Exmos. Senhores,

Serve a presente o propósito de nos pronunciarmos sobre as questões que a CMVM enuncia no seu Documento de Reflexão e Consulta sobre Finanças Sustentáveis, de Março de 2019.

Claro está que, sendo embora todas as questões pertinentes, optaremos por dedicar maior atenção àquelas que mais directamente afectam a actividade de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (Jerónimo Martins) enquanto sociedade comercial líder de um grupo económico focado na distribuição alimentar.

Vejamos,

i. Considerações gerais

Desde logo, importa enaltecer a iniciativa da CMVM ao colocar no centro das atenções um tema cuja importância é não só insofismável como crescente.

Nesse sentido, o Documento de Reflexão faz muito bem a síntese das tendências actuais nesta matéria, elencando os principais desafios que se colocam na busca de soluções que possam contribuir para uma economia mais sustentável.

Nesse sentido, o Documento de Reflexão faz muito bem a síntese das tendências actuais nesta matéria, elencando os principais desafios que se colocam na busca de soluções que possam contribuir para uma economia mais sustentável.

Uma nota de preocupação apenas: é imperioso que o debate agora iniciado, e bem, pela CMVM não venha a redundar em excessos regulatórios que, longe de incentivar práticas e empresas sustentáveis, acabem por dificultar o acesso ou conduzir ao retrocesso de um mercado de capitais já de si anémico.

ii. Respondendo concretamente às questões colocadas

1. Quais os principais benefícios e oportunidades que identifica na incorporação de Factores ESG nos produtos e serviços oferecidos nos mercados financeiros?

Os produtos financeiros que incorporam Factores ESG permitem atrair um leque mais diversificado de investidores, que procuram este tipo de investimento e empresas.

De facto tem-se vindo a assistir a uma aumento de investidores que incluem nas suas decisões de investimento os factores ESG do desempenho das empresas que colocam produtos nos mercados financeiros.

2. Na sua atividade, que fatores “E”, “S” e “G” identifica?

Na actividade desenvolvida pelo Grupo económico a que preside, Jerónimo Martins definiu uma estratégia de Responsabilidade Corporativa transversal e assente em cinco pilares de actuação:

- Promover a Saúde pela Alimentação
- Respeitar o Ambiente
- Comprar com Responsabilidade
- Apoiar as Comunidades Envolventes
- Ser um Empregador de Referência.



Jerónimo Martins

Essa estratégia procurou responder aos desafios identificados pelos *stakeholders* da Sociedade e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas.

Como resultado do envolvimento contínuo do Grupo com os seus vários *stakeholders* e de inquéritos realizados junto destes, Jerónimo Martins pôde conhecer os aspectos que aqueles reputam como mais relevantes ou materiais, assim elencados, por ordem decrescente de importância:

1. Qualidade e segurança alimentar;
2. Selecção de fornecedores com base em critérios de sustentabilidade;
3. Oferta de produtos de origem sustentável;
4. Condições laborais;
5. Preferência por fornecedores locais;
6. Envolvimento e apoio a colaboradores, às suas famílias e comunidades locais;
7. Oferta de produtos saudáveis;
8. Gestão e valorização dos resíduos;
9. Eficiência energética e redução dos consumos de água;
10. Gestão do relacionamento com fornecedores;
11. Serviços de apoio ao cliente;
12. Redução do material de embalagem;
13. Atração, retenção de talentos, formação e desenvolvimento profissional.

3. Quais os elementos de sustentabilidade que identifica na sua organização (códigos de ética; transparência de práticas de remuneração, medidas para fomentar a igualdade de género, racial ou outra; medidas para promover o equilíbrio profissional e pessoal, e proteção ambiental) e como avalia os respetivos impactos?

No sentido de assegurar o cumprimento, divulgação e reforço dos seus Princípios de Responsabilidade Corporativa, Jerónimo Martins conta com uma Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa, que colabora com o Conselho de Administração em matérias de orientação estratégica no domínio da responsabilidade corporativa, e com uma Comissão de Ética.



Cada um dos nossos pilares de actuação referidos na resposta à questão 2 é enquadrado por uma ou mais políticas orientadoras e/ou códigos de conduta:

- Promover a Saúde pela Alimentação
 - Política Nutricional
 - Política da Qualidade e Segurança de Produto
- Respeitar o Ambiente
 - Política de Ambiente
- Comprar com Responsabilidade
 - Política de Compras Sustentáveis
 - Código de Conduta de Fornecedores
- Apoiar as Comunidades Envolventes
 - Política de Apoio às Comunidades Envolventes
- Ser um Empregador de Referência
 - Código de Conduta do Grupo Jerónimo Martins

No seu reporte anual de Responsabilidade Corporativa (informação não financeira apresentada segundo as directrizes da Global Reporting Initiative [GRI]), incluído no Relatório e Contas, Jerónimo Martins divulga publicamente os impactos e os progressos, decorrentes das suas escolhas e actividades, em cada um destes temas que compreendem factores “E”, “S” e “G”.

Em 2018, Jerónimo Martins reportou mais de 130 indicadores ESG, dos quais mais de 40 foram verificados por uma entidade externa independente.

4. Quais os principais desafios e riscos colocados pelas Finanças Sustentáveis e que tipo de soluções identifica para os ultrapassar e mitigar?

Assumindo a definição de ‘Finanças Sustentáveis’ indicada no Documento de Reflexão, os principais desafios consistem na selecção e aplicação das metodologias disponíveis para medir e reportar informação cuja complexidade e especificidade variam significativamente entre sectores e de acordo com os mercados em que as empresas exercem a sua actividade e desenvolvem os seus negócios.

Também a natureza dos âmbitos a monitorizar – ambiental, social, económico e de governance – apresenta dificuldades, uma vez que actualmente uma mesma empresa



pode utilizar diferentes referenciais para reportar os seus impactes, medidas de mitigação e progresso em cada um dos factores ESG que se encontra a reportar (e.g., Task-force on Climate Financial Disclosure para os riscos financeiros associados às alterações climáticas, Greenhouse Gas Protocol para o calculo da pegada de carbono, Food Loss and Waste Protocol para a determinação da “pegada” de desperdício alimentar, metodologia London Benchmarking Group para medir os impactes sociais gerados com base no investimento nas comunidades locais, ou Estudos de Clima Organizacional para medir a satisfação e bem-estar dos colaboradores, entre outros).

5. Em particular, a integração de factores de sustentabilidade conflitua com objetivos de maximização de rendibilidade, no curto, médio ou longo prazo?

Jerónimo Martins acredita que só se cria verdadeiro valor quando ele é partilhado através da orientação das estratégias e linhas de acção para a resposta às preocupações, necessidades e expectativas dos públicos-chave com que a empresa se relaciona, desde logo clientes e consumidores, accionistas e potenciais investidores, colaboradores, entre outros.

A integração de factores de sustentabilidade, mesmo quando ela signifique incorrer em custos adicionais no curto prazo, é sempre protectora da capacidade da empresa continuar a criar valor no médio e longo prazo.

A desconsideração de uma visão de médio-longo prazo, sobretudo em negócios profundamente dependentes dos ecossistemas e das pessoas, como é o caso do negócio alimentar, pode conduzir à perda da capacidade da empresa para continuar a operar.

6. Que impactos são expectáveis da inclusão de princípios de ESG no retorno de longo prazo de uma empresa?

A integração progressiva e sistemática – e o seu respectivo reporte – de princípios ESG na nossa estratégia tem permitido a Jerónimo Martins assegurar uma melhor gestão, designadamente pela concretização de ganhos de eficiência, bem como definir

políticas de mitigação para os riscos identificados, e identificar oportunidades de diferenciação da oferta comercial e do posicionamento das marcas.

Esta actuação tem sido acompanhada pelo aumento do número de analistas e investidores ESG que interagem anualmente com Jerónimo Martins, tendo este número mais que quadruplicado desde 2012 (actualmente, são cerca de 30). O progresso concretizado e reportado tem vindo a merecer uma avaliação positiva por parte destas entidades, que se traduziu na inclusão de Jerónimo Martins em importantes índices internacionais de sustentabilidade, como o FTSE4Good Russel, a MSCI, a Oekom, o Stoxx e, mais recentemente, o Ethibel Pioneer Excellence, entre outros.

Se, por um lado, esta inclusão pode contribuir para uma decisão positiva de investidores mais comprometidos com o longo prazo e com práticas responsáveis que diminuam a probabilidade de riscos operacionais e reputacionais, também é certo que representa uma responsabilidade acrescida quanto ao reporte e progresso de factores ESG, uma vez que uma exclusão de um índice de sustentabilidade pode potencialmente resultar numa decisão de desinvestimento.

7. Quais são as principais barreiras associadas à oferta e à comercialização de Produtos e Serviços Financeiros Sustentáveis e como podem ser ultrapassados?

As necessidades de *compliance* e de *reporting* excessivos, com relatórios extensos e exaustivos, podem ser uma barreira para empresas com uma menor dimensão e/ou pouco habituadas a comunicar com o mercado. Por outro lado, a existência de inúmeras empresas que prestam consultoria e aconselhamento nestas matérias nem sempre é sinónimo de credibilidade e fiabilidade, podendo sair caro às empresas sem que daí resultem mais valor e confiança para os investidores. A definição de critérios e standards claros e de fácil verificação para medição e reporte dos impactos pode facilitar a oferta deste tipo de produtos e serviços financeiros.

8. Deveria ser dado algum tipo de incentivos para promover o crescimento dos investimentos sustentáveis em Portugal? Em que sectores? De que natureza?

No entendimento de Jerónimo Martins a existência de incentivos, de natureza financeira, fiscal ou outra, poderá sempre potenciar o crescimento de investimentos sustentáveis.

A questão deverá, porém, ser objecto de estudo aprofundado, procurando, para além do mais, garantir que os incentivos sejam atribuídos a empresas verdadeiramente comprometidas com princípios ESG e não sejam utilizados como instrumento de “social washing” ou “green washing”, designadamente como forma de desvirtuar a sã concorrência no mercado.

9. Na presença de subsídios ou reduções de taxas ou outros incentivos, passaria a equacionar a oferta de produtos e serviços ESG?

Actualmente as reduções de taxas de juro que se podem obter são ínfimas e insuficientes para tornar os produtos aliciantes. Para além de uma maior amplitude na redução de taxas de juros, de acordo com o cumprimento de metas ESG (e a consequente redução de risco), os incentivos fiscais também poderiam funcionar como um factor de dinamização do mercado financeiro decorrente da disponibilização de produtos e serviços de empresas que apostem em práticas sustentáveis.

10. Que iniciativas poderiam ser tomadas pela CMVM para contribuir para o desenvolvimento das Finanças Sustentáveis em Portugal e mitigar os riscos associados?

Segundo Jerónimo Martins, a autorregulação, sujeita ao juízo crítico dos *stakeholders*, deve ser o motor da responsabilidade social corporativa, pelo que o papel das autoridades reguladoras, em particular da CMVM, deverá, no essencial, focar-se na divulgação de boas práticas junto do universo empresarial.



11. Em particular, identifica algumas necessidades regulatórias em Portugal, a acrescer às iniciativas regulatórias em curso ou já anunciadas no Plano de Acção da CE?

Remetemos, na resposta a esta questão, para o que ficou dito acima em sede de considerações gerais.

12. Quais as razões para não serem adotadas políticas / investir em produtos financeiros / emitir produtos financeiros “E”, “S” e “G”?

Jerónimo Martins não identifica razões válidas que obstem à adopção de políticas ou à emissão ou investimento em produtos financeiros ESCG.

*

Esperando que esta nossa pronúncia constitua um efectivo contributo para o processo de consulta em apreço, subscrevemo-nos,

Com os nossos melhores cumprimentos,



Pedro Soares dos Santos

Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado